

## QUESTÃO SOCIAL E POBREZA: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS CONCEITOS CLÁSSICOS E A TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.

Camila Faria Pançardes<sup>1</sup>

Lucí Faria Pinheiro<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho analisa os conceitos de pobreza e transferência de renda no Brasil como eixo central do campo das políticas sociais, a partir da literatura clássica. Para a discussão, a primeira parte do texto desenvolve os vários conceitos que a pobreza ganhou nas discussões nos países de economia central como Sen, Townsend e Paugam. A segunda parte do texto trabalha a pobreza como expressão da questão social e elenca esse conceito como o escolhido para entender esse fenômeno na sociedade brasileira contemporânea. Na terceira e última parte do texto problematizamos a predominância dos programas de transferência de renda como sendo o carro-chefe da política social, mostrando claramente que em tal contexto, esses programas deflagram a alienação da classe trabalhadora, despolitizando o debate da política social.

**Palavras-chave:** pobreza; política social; questão social.

**Social Issues and Poverty: a brief analysis of the classic concepts and the transfer of income in Brazil.**

**Abstract:** This paper analyzes the concepts of poverty and income transfer in Brazil as the central axis of the field of social policies, based on classical literature. For the discussion, the first part of the text develops the various concepts that poverty gained in discussions in central-economy countries like Sen, Townsend and Paugam. The second part of the text works on poverty as an expression of the social question and elenca this concept as the chosen one to understand this phenomenon in contemporary Brazilian society. In the third and final part of the text, we discuss the predominance of income transfer programs as the flagship of social policy, clearly showing that in such context, these programs trigger the alienation of the working class, depoliticizing the debate on social policy.

**Keywords:** poverty; social policy; social issues.

### 1 – INTRODUÇÃO

O presente artigo *intitulado* “**Questão Social e Pobreza: uma breve análise sobre os conceitos clássicos e a transferência de renda no Brasil**” tem como objetivo analisar a gestão da pobreza no Brasil e a predominância dos programas de transferência de renda como eixo central no campo das políticas sociais e proteção social. Sabe-se que essa gestão está sendo feita a partir de políticas e programas

<sup>1</sup> Assistente Social, Mestre e estudante de doutorado pela Escola de Serviço Social da UFF.

<sup>2</sup> Professora Dr<sup>a</sup> associada da Escola de Serviço Social da UFF e vice coordenadora do Programa de Estudos Pósgraduados em Política Social da UFF.

sociais que privilegiam a transferência de renda como sendo o “sistema de proteção social” e não parte desse sistema. Essa centralidade na transferência de renda reforça os padrões de produção e reprodução no modelo atual do sistema capitalista, criando padrões de consumo baseados em “políticas pobres para pobres”.

Para tal debate vamos adotar o conceito de pobreza como expressão da questão social, fruto da lei geral de acumulação capitalista e deve ser explicada considerando essa base real. Além disso, no percurso do texto discutiremos sobre a contrarreforma do Estado, parte da reestruturação produtiva e do projeto neoliberal em andamento, que incidiram diretamente nas políticas sociais na sociedade brasileira contemporânea.

Entretanto, para aprofundamento desse trabalho, vamos contemplar autores e teóricos que balizaram as discussões em sala de aula, antes de entrarmos propriamente na gestão da pobreza a partir do conceito que elegemos. A metodologia escolhida se justifica para entendermos a construção do conceito de pobreza que se iniciou nos países de economia central na década de 1960, com enfoque na renda até chegarmos na realidade da sociedade brasileira contemporânea, que como país de economia periférica terá a construção da pobreza e a formulação de políticas sociais de modos bastante específicos e diferenciados.

Na primeira parte do trabalho, intitulado “A emergência da pobreza no cenário político internacional” traremos o reconhecimento da pobreza, a partir da década de 1960, pela Academia e instituições voltadas para o financiamento do desenvolvimento, entendendo que as questões básicas relativas às desigualdades sociais e à pobreza não estavam sendo equacionadas como resultados do crescimento econômico. Segundo Rocha (2003), a partir desse reconhecimento, torna-se pressuposto político e ganhará espaço nas agendas políticas dos países.

Desta forma discutiremos a partir de alguns autores que estiveram no universo de discussão da disciplina como Peter Townsend e o pioneirismo na discussão com enfoque monetário e a linha da pobreza; o economista indiano Amartya Sen que trouxe o enfoque das capacidades e o sociólogo francês Serge Paugam, e a análise da desqualificação social e a nova pobreza. Além desses autores traremos autores brasileiros como Rocha (2003) que a entende como um fenômeno relativo e multidimensional e como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Já para Kerstenetsky (2009) o debate sobre a pobreza deve ser

referido ao debate mais abrangente sobre o Estado de bem-estar social como um projeto de desenvolvimento para o país. Segundo Silva (2010) essas interpretações são liberais e naturalizantes, e não conseguem captar de fato a complexidade que a pobreza assume em sociedades como a brasileira.

Na segunda parte do trabalho intitulado “Questão Social e pobreza no Brasil” apontaremos o conceito que utilizamos para a discussão central, entendendo a como expressão da questão social, fundada numa sociedade que vive o conflito de classes como eixo fundante da produção e reprodução das relações de trabalho. Para isso discutiremos o conceito de questão social e uma de suas expressões: a pobreza na sociedade brasileira contemporânea. Nesta segunda parte falamos também sobre a flexibilização do trabalho, que faz parte das características que assume o capitalismo na sociedade brasileira e o papel do Estado, no que tange ao enfrentamento das expressões da questão social, com ações que os autores chamam de “modernização conservadora”.

Na última parte do trabalho abordaremos as políticas sociais voltadas ao combate da pobreza em contexto de crise mostrando os precedentes da atual crise do capital como o projeto neoliberal e a reestruturação produtiva até os determinantes atuais no contexto brasileiro como a contrarreforma do Estado brasileiro, o ajuste fiscal, a corrida pelo superávit primário ocorrido no Governo Lula que deflagrou a legitimação da agenda econômica em detrimento da agenda social. Neste ponto do trabalho, a gestão da pobreza em contexto de crise do capital e proeminência de programas e políticas sociais que reiteram o capital e suas desigualdades são a tônica dada ao tratamento da questão social. Temos no estágio atual, políticas sociais financeirizadas, que “contemplam” e não legitimam direitos sociais historicamente reconhecidos. O que se observa na atualidade é um sistema de proteção social, que segundo Behring (2008) não mais garante direitos e sim restringe direitos numa lógica econômica. Assim a transferência de renda vem para reforçar tal padrão e dar força à gestão da pobreza numa lógica capitalista.

## **2 – DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 - A emergência da pobreza no cenário político internacional.**

A discussão da pobreza tem origem na Europa do pós-guerra, e segundo Rocha (2003) foi a partir de um alerta dos cientistas sociais preocupados com a sobrevivência de grupos desprivilegiados em resposta ao discurso essencialmente triunfalista dos políticos, sobre situações de privação, onde a sobrevivência física não era o fator principal. Esse fator vai trazer novos elementos para problemática da pobreza, pois entendeu-se que a pobreza tem um caráter relativo e assume características específicas de acordo com a época e os membros da sociedade.

Em estudo sobre grupos específicos de pobres na Inglaterra em meados do século XX, Townsend (1962) enfatizou o caráter necessariamente relativo da noção de pobreza. A tese principal é que tanto a pobreza como subsistência são conceitos relativos, só podendo ser definidos em relação aos recursos materiais e emocionais disponíveis numa determinada época aos membros de uma dada sociedade ou de diferentes sociedades. (TOWNSEND apud ROCHA, 2003, p.11).

A discussão de Townsend abriu novos paradigmas para a conceituação da pobreza que são as noções de pobreza absoluta versus relativa, que demonstram o caráter relativo desse fenômeno e que terá no centro das discussões os níveis de desenvolvimento social e produtivo. É importante salientar que para fins empíricos a distinção entre absoluta e relativa não traz limites claros. Entretanto, a abordagem de Townsend foi inovadora à época, na medida em que predominavam enfoques exclusivamente monetários, pautados na ideia de necessidades básicas e calóricas. Nas sociedades europeias, por exemplo, a pobreza relativa é mais adotada e verifica-se o uso da renda como critério de pobreza, pois parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida. Têm-se como exemplo, as necessidades fundamentais de alimentação. Para atendimento dessas necessidades é preciso levar em conta aspectos culturais ao definir a dieta mínima, entretanto não é apenas esse atendimento que vai ajudar na análise dos índices de fome e subnutrição. Segundo Silva e Silva (2015) A pobreza absoluta tem como critério de definição as funções fisiológicas, referindo-se a uma renda insuficiente para obter os bens consideradas essenciais que permitam manter uma reprodução puramente física (nutrição, vestuário, moradia, saúde, aquecimento). Já a pobreza relativa é quando alguém é pobre por se situar abaixo de uma determinada escala de renda ou por dispor de rendas inferiores ao limite que representa a renda média ou mediana de uma

população. O pressuposto que orienta essa noção é de que a pobreza varia no tempo e no espaço, em função da evolução socioeconômica e cultural.

É importante ressaltar que o estabelecimento de um parâmetro de valor como linha de pobreza foi utilizado por Rowtree em 1901, em seu estudo da pobreza na cidade de York, na Inglaterra. Nesse estudo, Rowtree definia patamares diferenciados de renda necessária, ou linhas de pobreza conforme o tamanho e a estrutura da unidade familiar. Rocha (2003) coloca que na década de 1960, Townsend ajustando os parâmetros de renda estabelecidos por Rowtree e Lavers, estabeleceu duas linhas: uma linha de pobreza nacional para Inglaterra que se traduzia numa proporção de pobres de 4,1 % da população inglesa e outra que segundo ele seria mais adequada, dada à distribuição de renda inglesa. Rocha (2003) comenta que a orientação de Townsend sugere importante ressalva sobre os estudos da pobreza, pois questões relativas à definição e à mensuração da pobreza no pós-guerra dos países desenvolvidos estiveram estreitamente imbricadas às ações de governo para o estabelecimento de sistemas assistenciais crescentemente complexos e universais.

Diferente das sociedades europeias, os EUA vêm adotando desde 1965, uma definição oficial da pobreza com base no custo de uma cesta alimentar básica à la Rowntree, cujo valor foi multiplicado por três, já que a despesa alimentar correspondia a cerca de 1/3 da despesa total das famílias. A adoção de linhas de pobreza relativa nos países ricos acabou levando à avaliação indevida dessa abordagem em países subdesenvolvidos, onde a noção de pobreza absoluta ainda é, segundo Rocha, a relevante. Os teóricos que utilizam a renda para estabelecer as linhas de pobreza utilizam o argumento da estreita correlação entre nível de renda e os indicadores de bem-estar físico. Na década de 1970, os organismos internacionais adotam a abordagem multifacetada da pobreza e que se opõe à linha da pobreza.

Segundo Furtado (2011), existe uma preocupação em superar o paradigma da renda para se estudar a pobreza, pois se trata de um instrumento unidimensional e sintetizador de um problema multidimensional. Entretanto, até o momento a erradicação da renda nos estudos da pobreza não parece algo viável e se coloca o desafio de criação de conceitos alternativos ao paradigma da renda. Dentro desse novo paradigma, que já não admite a total centralidade da renda, tem o economista indiano Amartya Sen que mesmo não pactuando do paradigma da renda como instrumento, segundo Furtado (2011) admite a relevância desta, embora destaque a

importância de fatores pessoais e do meio para estabelecer seu mecanismo conceitual de capacidade de funcionamento.

Mauriel (2006) alerta que nos trabalhos de Amartya Sen, por exemplo, a pobreza aparece como um conjunto de incapacidades individuais para levar a vida, e o indivíduo é entendido a partir de sua própria capacidade de ação. Por isso, a solução é a construção de entitlements ou habilitações.

Sua concepção sobre pobreza, desigualdade, fomes não tem seus fundamentos radicados nas mudanças estruturais, mas na observação dos “funcionamentos” das pessoas. Sen tenta o tempo todo demonstrar (e consegue, dentro de sua estrutura de pensamento) que o enfoque das capacidades é mais importante como critério de análise das desvantagens do que o baixo nível de renda, afirmando que a renda é apenas instrumentalmente importante, pois o seu valor derivado depende de circunstâncias sociais e econômicas (isto é, estruturais), que estão fora do indivíduo (SEN apud MAURIEL, 2006, p.61).

Para Sen a avaliação das capacidades é o principal, pois se trata um modo de avaliar como as pessoas valorizam as escolhas que têm e não de inserção social. A redistribuição não deve ser de renda, e sim de capacidades e de liberdade.

Amartya Sen no livro intitulado “*Desenvolvimento como Liberdade*” (2000), analisa o papel do desenvolvimento em contraposição ao entendimento que associa o desenvolvimento somente através de fatores como o crescimento do produto interno bruto, rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social, não que estes fatores não contribuam diretamente para a expansão das liberdades, mas não somente eles. Para o autor, ‘o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo’, tem de estar relacionado com a melhoria de vida dos indivíduos e com o fortalecimento das liberdades.

É interessante salientar que o pensamento de Sen tem subsidiado parâmetros das agências multilaterais como o Banco Mundial.

Dentro da discussão da pobreza têm se ainda o enfoque nos pobres e de como eles são tratados dentro da sociedade. Para tal o sociólogo francês Serge Paugam no livro intitulado “*Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*” de 2003, chamou o que? de desqualificação social e problematizou os estigmas relacionados às condições de vida degradadas ou precarizadas e apontou para a temática da chamada nova pobreza.

Assim, as situações de pobreza e os processos de exclusão do mercado de trabalho são decorrentes de um processo de desqualificação social que é o enfraquecimento dos vínculos sociais e dos riscos de marginalização de segmentos amplos da população. Para Paugam (2003) é um processo abrangente, dinâmico e de múltiplas dimensões, onde, pelo fato de valorizar o caráter multidimensional e evolutivo da pobreza, o estudo da desqualificação social e, conseqüentemente, dos que dela participam.

[...] significa estudar a diversidade dos status que definem as identidades pessoais, ou seja, os sentimentos subjetivos acerca da própria situação que esses indivíduos experimentam no decorrer de diversas experiências sociais, e, enfim, as relações sociais que mantém entre si e com o outro (Paugam, 2003, p. 47).

É de consenso que a pobreza é um fenômeno multidimensional e que vários autores trabalham com essas dimensões em sua problematização, entretanto para continuação é necessário trazer para a discussão o conceito de pobreza que trabalhamos. Para empreendimento de tal conceito, partiremos para segunda parte deste trabalho onde faremos a discussão da pobreza no Brasil, partindo de autores que comungam em grande medida desta como expressão da questão social. Cabe dizer também que o conceito de pobreza adotado está relacionado ao objeto da pesquisa da proposta de tese em andamento e por ser considerado o conceito que melhor cabe, devido às especificidades que esta assume na sociedade brasileira contemporânea.

## 2.2 – Questão Social e pobreza no Brasil.

Nesta segunda parte do trabalho, explicitaremos o conceito de questão social que adotamos para o eixo das análises e para isso concordamos com Yazbek (2012) que relaciona a questão social e pobreza, explicitando esta como um fenômeno estrutural, que está ligado à própria trama social que gera a desigualdade e se expressa nas circunstâncias econômicas, sociais e políticas, e também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social.

A questão social resulta da divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo. Supõe, desse modo, a consciência da desigualdade e a resistência à

opressão por parte dos que vivem de seu trabalho. Nos anos recentes, a questão social assume novas configurações e expressões, e “as necessidades sociais das maiorias, as lutas dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas políticas públicas, arenas privilegiadas do exercício da profissão” sofrem a influência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital (Iamamoto, 2012, p.107).

Para Yazbek (2012) os pobres são produto dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. Além disso, trata-se de uma experiência diária os impactos nocivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo e que deixa marcas sobre os pobres. Mais adiante Yazbek (2012) novamente conceitua a pobreza como:

É uma categoria multidimensional, e, portanto, não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (YASBEK, 2012, p. 108).

É consenso para autores como Yazbek (2012), Sposati (1996), Santos (2012) e Stotz (2005) que o enfrentamento da pobreza deve acontecer no campo das mudanças estruturais no modelo econômico concentrador. Santos (2012) coloca ainda que a questão social é um fenômeno/ processo histórico e conseqüentemente a pobreza é naturalizada pela ideologia dominante. Além disso, para entender a pobreza no Brasil é preciso mais do que identificar as categorias centrais ao modo de produção capitalista, que compõem o nível da universalidade. É necessário incluir os componentes específicos da sociedade brasileira.

Para Yazbek (2012) na história do Brasil, a pobreza e seus insuficientes recursos e serviços voltados para seu enfrentamento são parte constitutiva desta história. A sociedade brasileira é historicamente desigual, com traços de modernização misturada ao arcaico, com uma maioria sem lugar, com extrema desigualdade. Ainda nessa linha de raciocínio, Stotz (2005) coloca que a pobreza não é um problema dos pobres e sim da sociedade que produz a pobreza como componente inerente desta. E pensando justamente neste ponto, Yazbek (2012) observa que o governo Lula adotou a fome como critério de pobreza extrema ou de miséria, entendendo que as pessoas que passam fome são incapazes de garantir sua própria subsistência alimentar e, portanto, devem ser beneficiárias de uma assistência



pública especial. Segundo Stotz (2005), de acordo com o Banco do Brasil em 2010, os pobres representariam 32% da população, ou seja, 54 milhões de pessoas, de acordo com o parâmetro do Censo

Pensamos que para problematizar a questão social e a pobreza no Brasil, não se deve perder de vista a flexibilização do trabalho, que faz parte das características que assume o capitalismo na sociedade brasileira. A formação do mercado de trabalho no Brasil possui entre 1930 e 1970, características que permite compreender o padrão da sociedade salarial incompleto e como traços marcantes de subdesenvolvimento, distinção entre assalariamento formal e informal e a grande quantidade de trabalhadores autônomos.

Por isso é que entre as particularidades da “questão social” no Brasil aponto uma perversa associação: de um lado a superexploração do trabalho, cujo valor sempre precisou ser mantido bem abaixo dos padrões vigentes em outros países, notadamente os de capitalismo desenvolvido, para que o país continuasse atrativo aos seus investimentos produtivos; de outro, uma passivação das lutas sociais que historicamente foram mantidas sob controle do Estado e das classes dominantes (SANTOS, 2012, p. 347).

É importante para este debate compreender o papel do Estado, no que tange ao enfrentamento das expressões da questão social, em específico a pobreza. O papel central que a ação do Estado teve na constituição de todas as medidas que deram corpo ao capitalismo brasileiro, considerando-se os processos de modernização conservadora. Por meio de sua atuação e, conseqüentemente de sua “captura” pelos setores dominantes, foram facilitados os inúmeros dispositivos que instituíram a superexploração do trabalho e a passivação das lutas sociais no Brasil. Podemos exemplificar a trajetória dentro do Estado brasileiro, desde a Constituição Federal de 1988, onde se definiu a Seguridade Social, e que pode ser reconhecida como expressão da resistência e autonomia dos setores progressistas até o desmonte dos direitos sociais, a contrarreforma do Estado e a predominância dos programas de transferência de renda. Essa predominância ocorre quando segundo Mota (2010) os desempregados e desorganizados politicamente engrossam as fileiras do “mundo da pobreza”, com o reordenamento da proteção social e o modo de tratar a “questão social” brasileira, a partir de programas de combate à pobreza, com critérios estabelecidos pelos organismos financeiros internacionais.

### 2.3 – Pobreza e os programas de transferência de renda no Brasil contemporâneo – Políticas sociais e suas tendências.

Começaremos a terceira e última parte do trabalho com informações dadas pelo próprio governo, contidas no artigo de Rosa Maria Marques e Áquilas Mendes do ano de 2006, intitulado “*Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula*”, onde o Bolsa Família, programa de transferência de renda para as famílias situadas abaixo da linha da pobreza é considerado o “o carro-chefe de sua política social”. Segundo os autores, ainda nos dizeres oficiais “este programa foi criado para combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres. O programa é fruto da unificação de diversos programas da gestão de FHC, entretanto sob a centralização do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. O que parecia uma nova direção, no que tange à política social e à ampliação dos direitos sociais demonstrou ser continuidade da proeminência de uma agenda neoliberal, com ênfase na política macroeconômica.

A conjunção entre expansão pública e mercantilização faz parte das proposições neoliberais, postuladas como assecuratórias da equidade, cujo princípio é dar mais a quem tem menos. O que chama a atenção é a capacidade que tiveram as classes dominantes em capitalizar politicamente a política social, transformando-a no principal instrumento de enfrentamento da crescente pauperização relativa, ampliando o exército industrial de reserva no seio das classes trabalhadoras (MOTA, 2010, p. 141).

A política social e os programas de transferência de renda tornaram-se instrumento de inclusão dos excluídos, além de ter impacto no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre e fazer disso forma de apagar o lugar da precarização do trabalho tem no processo de reprodução social. Sabe-se que na sociedade regida pelo capital, o direito ao trabalho não é garantido graças às características que o trabalho assume na sociedade contemporânea, devido ao nível de desemprego, ou pelas orientações macroeconômicas vigentes. Nesse contexto, os programas de transferência de renda assumem na sociedade contemporânea brasileira lugar central, reforçando a política pobre para pobres com critérios de exclusão que reforçam as desigualdades sociais.

Fica claro que se trata de um contexto de mundialização do capital e financeirização das relações capitalistas, uma vez que a relação entre a transferência de renda e o rearranjo da economia capitalista demonstram sua capacidade de

responder às expressões da questão social por meio de políticas sociais que também estão financeirizadas e respondendo a determinações do capital.

Nesse processo, o lugar da pobreza deve ser discutido, pois o aumento de pobres ao redor do mundo aumentou significativamente e deve ser considerado como consequência da nova organização do capital. Essa organização atrelada aos interesses de contrarreforma do Estado faz da política social, instrumento da classe dominante para uma atuação focalizada e segmentada, sob orientação dos organismos financeiros internacionais, no sentido de amenizar as contradições e dar resposta à questão da pobreza.

Os programas de combate à pobreza surgem sob recomendações dos organismos internacionais, principalmente do Banco Mundial, como condição para o estabelecimento de acordos da dívida externa. Para Maranhão (2006), essa política possui duas direções: de um lado a construção de um aparato ideológico capaz de distorcer as causas e manipular os números da pobreza mundial, e de outro, o desenvolvimento de políticas sociais de renda mínima para os considerados pobres. A expansão desses programas foi acompanhada pela mercantilização de serviços públicos essenciais, como foi o caso da saúde, previdência e educação (SILVA, 2012, p. 222).

Os programas de transferência de renda são operacionalizados com o repasse de bolsas, que promovem a inserção das camadas mais pobres no processo de circulação de mercadorias e garantem a reprodução da acumulação capitalista. A renda é transferida de forma monetizada e focalizada e com valores ínfimos para os mais pobres e sem qualquer efeito efetivamente distributivo. É a “gestão” da pobreza, sob os moldes economicistas, desmontando os equipamentos públicos e financeirizando os serviços, tornando-os espaços de acumulação e valorização do capital.

Diante do que foi descrito acima, e agora em contexto de crise tem-se reiteradamente a política social e os programas de transferência de renda como instrumentos de gestão da crise, a fim de incluir os mais pobres na circulação de mercadoria e despolitizá-la.

A ofensiva ideológica do projeto neoliberal em curso buscou constituir uma falsa consciência, segundo a qual o mercado é a grande utopia. A focalização das urgências oculta as origens fundamentalmente econômicas e políticas da pobreza, considerando os padrões de distribuição de riqueza, rendas e poder dentro da sociedade (STEIN apud SILVA, 2010, p. 232).

Além disso, verifica-se o que segundo Granemann (2007) é um processo de transmutação da proteção social em duas direções que são de um lado, a mercantilização das políticas sociais em serviços privados, e de outro a redução dos sistemas de proteção social antes operado pelo Estado para benefícios pauperizados mediados pelo cartão de magnético, expressão mais alienante do valor. Cabe ressaltar que os recursos monetários desses benefícios são viabilizados através da mediação das instituições bancário-financeiras. E por estarem no circuito das finanças, alimentam a lógica do capital e indiretamente contribuem para o aumento da exploração da classe trabalhadora.

De tudo que foi exposto sobre a gestão da pobreza e a política social na sociedade brasileira contemporânea resta para nós o desafio de resistir os retrocessos, orientados por uma política econômica internacional, que vai ditar sobre como a pobreza é ideologicamente construída e de como sua gestão é feita. Os paliativos construídos diante do agravamento da “questão social” operam com eficácia as estratégias do capital para a manutenção e o crescimento da acumulação do capital, ainda que travestida de “política social”.

### **3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A primeira consideração a ser feita é que a gestão da pobreza no Brasil é feita de forma predominante a partir de programas de transferência de renda, que em larga medida nos demonstra como a sociedade do capital trata a questão social. Tratam-se de medidas para conter as tensões oriundas de uma sociedade construída com base no conflito de classes. Sua funcionalidade e sucesso para o grande capital são incontestes tanto no âmbito ideológico quanto no econômico. No campo ideológico geram dicotomias pois mesmo com baixo efeito redistributivo, são importantes para aqueles que recebem tais benefícios devido à pauperização vivida.

São paliativos diante do agravamento da ‘questão social’, demonstrando cada vez mais que esta recebe um novo tratamento e proposta de enfrentamento, despolitizando seu conteúdo e esvaziando o campo simbólico dos direitos sociais, antes conquistados. Há transformismos nos conteúdos que informam a questão social, passando a mesma a adquirir novos significados como exclusão, objeto de políticas sociais eficazes, ausência de cidadania e direitos sociais e desemprego.

Todos esses significados existem, mas são colocados de forma equivocada, entretanto verificando o atual perfil da seguridade social.

Este novo perfil absorve demandas advindas do agravamento das condições de vida e trabalho da população brasileira através de políticas compensatórias que redimensionam em função do crescimento do desemprego e dos “sobrantes” de um sistema que excluí de forma perversa. Além de informar também a atual estratégia do Estado brasileiro no enfrentamento da questão social.

Para finalizar é importante na construção do processo de análise da gestão da pobreza dizer que é inconteste que esta recebeu na última década uma atenção que não foi dada nos últimos 50 anos no Brasil, entretanto é preciso entender que sua superação só será possível frente políticas públicas de cunho universalista, que estejam relacionadas à redistribuição da riqueza socialmente produzida que é espoliada da classe trabalhadora e apropriada pelos detentores dos meios de produção.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

BOSCHETTI, I. América Latina, Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In SALVADOR, E; BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S.; (org.) *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Editora Cortez, p. 120-130, 2010.

FURTADO, C. S. V. *Classificação dos pobres: questões, construção e análise*. São Paulo: Sociologias 26, 2011.

GRANEMANN, S. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 20, vol. 5, p. 10-18, 2007.

KERSTENETZKY, C.L. Pobreza no Brasil: nove temas para o novo século. *Texto para discussão 18*. CEDE/UFF, Niterói, v.4, p. 120-141, jul./nov. 2009.

MAURIEL, A. P. Combate à pobreza e (des) proteção social: dilemas teóricos das “novas” políticas sociais. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, nº 14, p. 47-61, jan./abr. 2006.

MARQUES, R. M. & MENDES, A. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 10. n. 1, p. 58-79, abr./jul. 2007.

MOTA, A.E. *A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000*. In: MOTA, A.E. (org.). *O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 4ªed. São Paulo: Cortez, p. 23-40, 2010.

PAUGAM, S. *Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Cortez, 2003.

ROCHA, S. 2003. Dez pontos de consenso sobre a questão da pobreza. In *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro: FGV. Capítulo 7.

SILVA, G. S. 2010. Transferência de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In SALVADOR, E.; BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S.; (org.) *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Editora Cortez.

SANTOS, J. S. 2012. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. *Serviço Social e sociedade* 111, p. 430-449. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

SILVA E SILVA, Ozanira. 2015. O DEBATE SOBRE A POBREZA: questões teórico-conceituais. *Periódicos UFMA*.

STOTZ, E. 2005. Pobreza e Capitalismo. In VALLA, V.V.; STOLZ, E.; ALGEBAIL, E. B. (org.). *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto – ENSP.

YASBEK, M. C. 2012. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade* 110, p. 288-322. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

Submetido em: 25 de setembro de 2018

Aceito em: 15 de abril de 2019